

SCHULZ S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018
(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Schulz S.A. é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 04/07/1963 estão arquivados na Jucesc sob nº 42300008486. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.693.183/0001-68. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 6901, CEP 89.219-600.

A Sociedade e suas controladas tem por objeto: (1) A indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos metalúrgicos, de compressores de ar em geral, de compressores de ar e de bombas de vácuo destinados à área da saúde, de ferramentas manuais, pneumáticas e elétricas, de ferramentas manuais de fixação, aperto e corte, de máquinas, ferramentas, utensílios e acessórios para pulverizar e para trabalhar metais, de materiais de escavação e de penetração do solo, de aspiradores, de hidrolavadoras, de bombas e motobombas para recalque de água, de equipamentos mecânicos, hidráulicos e elétricos, bem como de partes, componentes e periféricos desses produtos. (2) A comercialização de graxas e óleos lubrificantes utilizados nos produtos de sua indústria e de seu comércio. (3) A prestação de serviços de usinagem e de pintura de peças fundidas, de prospecção, de instalação, de manutenção e de assistência técnica relacionada com os produtos de sua indústria e de seu comércio. (4) A locação, para quaisquer fins, de compressores de ar e de outros equipamentos de sua indústria e de seu comércio. (5) A participação em outras sociedades, quaisquer que sejam os seus objetivos sociais, para beneficiar-se, ou não, de incentivos fiscais.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 26 de outubro de 2018.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		30/09/2018	31/12/2017
Schulz Compressores Ltda	Brasil	99,99%	99,99%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

- a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

- b) Conversão de controladas indiretas no exterior

Os ativos e passivos de controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

a) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a companhia mensura as propriedades para investimento pelo método do valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

3.10 Imobilizado

A empresa realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes. Concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

b) Licenças

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) Desenvolvimento de Projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

3.12 *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.14. 1 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17 Participação nos Resultados

A Companhia reconhece como provisão de despesas de participação (outras despesas operacionais) e no passivo, a provisão de participação nos resultados com base no programa PPR, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas. A Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não participam deste programa.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.20 Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

Subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de longo prazo. Também podem ser incluídas condições acessórias que restrinjam o tipo ou a localização dos ativos, ou os períodos durante os quais devem ser adquiridos ou mantidos.

As subvenções governamentais, quando tratar-se de concessão de empréstimo com juros inferiores ao mercado são contabilizados e divulgados os efeitos da assistência governamental da qual a companhia tenha se beneficiado.

A subvenção governamental deve ser lançada no resultado da companhia pelo regime de competência e transferida para Reserva de Incentivos Fiscais na destinação do lucro líquido ao final do exercício social.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Perdas de crédito esperados que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para perdas nos estoques;
- c) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e *ágio*; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

3.22 Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

NOTA 4 – ADOÇÃO INICIAL AOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

• CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma baseia-se no princípio de que as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente. Esse CPC substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção".

Atualmente as receitas de contratos com clientes elegíveis para fins de CPC 47 referem-se a vendas de produtos que contemplam obrigações pós-vendas, descontos atrelados a *performance* ou qualquer outra forma de obrigações pós-vendas.

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma aborda a classificação a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse CPC substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A Companhia adotou nestas demonstrações financeiras os novos pronunciamentos contábeis e elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2018, portanto os efeitos relativo às operações existentes em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos em lucros acumulados.

As conciliações do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018 determinadas de acordo com a prática contábil anterior e nova prática contábil são apresentadas a seguir:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2018
De acordo com as práticas contábeis anteriores	487.196
Reconhecimento da previsão de obrigações pós-vendas	(4.354)
Reconhecimento do custo sobre previsão de obrigações pós-vendas	3.048
Tributos Diferidos sobre as obrigações pós-vendas	444
Reconhecimento de perdas esperadas de clientes	(754)
Tributos Diferidos sobre perdas esperadas de clientes	256
De acordo com o Patrimônio Líquido	485.836

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 39, a Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 40, a Deliberação

CVM nº 763, de 22 de dezembro de 2016 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 48 e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do período. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge accounting”, nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

A Companhia designa certos instrumentos de hedge para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

Risco com taxa de juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil ativa de US\$ 7,2 milhões, cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

Derivativos e Riscos Associados

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia não possuía operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativos de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio e de variações nas taxas de juros variáveis em contratos de financiamentos e aplicações financeiras:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial Líquida					
Descrição	Risco	30/09/2018	Cenário Provável	Cenário Adverso I	Cenário Adverso II
		R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Ativos					
Cientes no Mercado Externo		105.044	99.695	97.071	94.448
Caixa/Bancos - Moeda Estrangeira		53.694	50.960	49.619	48.278
Aplicação Financeira - Moeda Estrangeira		167.154	158.642	154.467	150.292
Outros Ativos		1.535	1.457	1.417	1.379
Total		327.427	310.753	302.574	294.396
Passivos					
Dívida Bancária		298.526	283.323	275.868	268.412
Total		298.526	283.323	275.868	268.412
Exposição Líquida Ativa - R\$ Mil	Baixa do Dólar	28.901	27.429	26.706	25.985
Exposição Líquida Ativa - US\$ Mil	Baixa do Dólar	7.218	7.218	7.218	7.218
Taxa Dólar		4,0039	3,8000	3,7000	3,6000

Esta simulação somente terá prejuízo se o real se valorizar, conforme demonstrado acima.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros variáveis									
Descrição	Risco	% a.a 30/09/2018	30/09/2018	Cenário I (Provável)		Cenário II (Possível)		Cenário III (Remoto)	
				% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil	% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil	% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil
Aplicações Financeiras	Baixa CDI	6,39%	126.532	6,38%	(13)	4,79%	(2.031)	3,19%	(4.049)
Financiamentos	Alta CDI	6,39%	(164.921)	6,38%	16	7,98%	(2.614)	9,57%	(5.244)
Financiamentos	Alta Libor (6M)	2,57%	(265.747)	2,57%	-	3,21%	(1.707)	3,86%	(3.415)
Financiamentos	Alta TJLP	6,56%	(49.258)	6,62%	(30)	8,28%	(845)	9,93%	(1.660)
Financiamentos	Alta Selic	6,50%	(54)	6,50%	-	8,13%	(1)	9,75%	(2)
Total Impacto sobre as Despesas/Receitas Financeiras Líquidas					(26)		(7.198)		(14.370)

As taxas para o cenário I (Provável) estão demonstradas para um horizonte de 03 meses (31.12.2018). Consideramos uma deterioração de 25% para as taxas do cenário II e 50% para as taxas do cenário III.

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa	8	1	19	3
Bancos Conta Movimento	69	71	112	5.017
Caixa e Banco - Moeda Estrangeira	39.736	59.655	53.694	69.903
Aplicação Financeira	117.553	146.053	126.532	146.053
Aplicação Financeira - Moeda Estrangeira	167.154	66.725	167.154	66.725
Total	324.520	272.505	347.511	287.701

As aplicações financeiras, em reais, estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB) e Operações Compromissadas, e tem seu rendimento atrelado ao CDI.

As aplicações em dólar estão lastreadas em papéis de renda fixa, indicadas e administradas pelo Banco Safra e Citibank.

NOTA 7 - CLIENTES

Contas a Receber	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Contas a Receber de Clientes Interno	103.669	56.285	180.191	129.310
Contas a Receber de Clientes Externo	81.032	60.980	105.044	80.758
Contas a Receber de Empresas Ligadas	1.939	2.029		
Impairment (Provisão para Perdas-MI)	(4.222)	(5.158)	(6.909)	(5.158)
Impairment (Provisão para Perdas-ME)	(2.202)	(1.466)	(2.822)	(1.979)
Vendor	747		899	
Contas a Receber de Clientes	180.963	112.670	276.403	202.931
Aging List Contas a Receber de Clientes	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Vencidos de 1 a 30 dias	11.138	5.530	14.398	8.620
Vencidos de 31 a 60 dias	1.072	443	1.842	700
Vencidos de 61 a 180 dias	744	1.175	2.720	1.530
Vencidos acima de 181 dias	6.597	6.715	11.162	8.073
A vencer em até 3 meses	156.152	97.560	220.338	158.655
A vencer mais de 3 meses	11.684	7.871	35.674	32.490
Contas a Receber de Clientes	187.387	119.294	286.134	210.068
Contas a Receber por Tipo de Moeda	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Reais	106.355	58.314	181.090	129.310
US\$	71.916	50.040	95.928	69.818
Euro	9.116	10.940	9.116	10.940
Total	187.387	119.294	286.134	210.068

NOTA 8 – ESTOQUES

Estoque	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Produtos Acabados	29.840	22.591	41.159	33.216
Impairment de Produtos Acabados	(3.491)	(2.537)	(4.625)	(4.274)
Produtos em Elaboração	19.730	23.012	17.195	21.292
Matéria-Prima	16.931	10.222	29.000	19.977
Materiais Consumo Produção	9.396	7.390	10.059	8.177
Consignação	27.969	19.745	28.201	19.935
Revenda	9.601	8.345	47.336	38.777
Outros Estoques	13.935	9.783	16.660	10.396
Total	123.911	98.551	184.985	147.496

NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Impostos a Recuperar	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
ICMS a Recuperar	6.347	11.242	9.462	14.738
IPI a Recuperar	2.400	1.318	3.207	1.439
PIS/COFINS a Recuperar		535		535
IRPJ/CSLL	25.025	6.893	28.130	6.893
IRRF s/ Aplicação Financeira	1.887	1.323	1.911	1.323
Reintegra	52	926	97	1.187
Outros Impostos	18.625	18.624	18.624	18.881
Parcela Circulante	54.336	40.861	61.431	44.996
Impostos Diferidos			2.891	1.405
ICMS a Recuperar	1.831	921	2.278	1.106
Parcela Não Circulante	1.831	921	5.169	2.511
Total	56.167	41.782	66.600	47.507

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Investimentos em Sociedades Controladas	229.028	219.963		
Propriedades para Investimento	11.580	11.580	11.580	11.580
Total	240.608	231.543	11.580	11.580

10.1 Investimentos em Sociedades Controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	País	Ativos	Passivo	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2017									
Schulz Compressores Ltda	Brasil	246.279	26.316	219.963	124.933	2.432	99,99%	2.432	219.963
Em 30 de setembro de 2018									
Schulz Compressores Ltda	Brasil	294.574	65.546	229.028	177.508	6.701	99,99%	6.701	229.028

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas, totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1

10.2 Propriedade para Investimento

Propriedade para Investimento	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.580
Saldo em 30 de setembro de 2018	11.580

A Companhia possui terrenos classificados como propriedades para investimentos localizados em Joinville e Araquari. Os valores justos destas propriedades foram atualizados para 2017, atendendo a deliberação CVM nº 584 de 31 de julho de 2009 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Imobilizado	Controladora								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento Total
Taxas anuais de depreciação		3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%	
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	22.765	97.774	368.139	8.355	2.299	109.983	11.882	9.026	35.303
Depreciação Acumulada		(46.806)	(242.442)	(5.778)	(1.283)	(77.325)	(10.040)	(7.160)	(390.834)
Valor contábil líquido	22.765	50.968	125.697	2.577	1.016	32.658	1.842	1.866	35.303
Adições	5.439		283				550		62.572
Transferências		1.709	28.349	512	70	7.982	2.060	178	(41.278)
Baixas			(4.694)	(57)		(1.152)	(494)	(106)	(318)
Depreciação		(1.531)	(12.276)	(399)	(284)	(4.735)	(838)	(286)	(20.349)
Baixas da Depreciação			4.236	48		1.149	490	107	6.030
Saldo Final	28.204	51.146	141.595	2.681	802	35.902	3.610	1.759	56.279
Em 30 de setembro de 2018									
Custo	28.204	99.483	392.077	8.810	2.369	116.813	13.998	9.098	56.279
Depreciação Acumulada		(48.337)	(250.482)	(6.129)	(1.567)	(80.911)	(10.388)	(7.339)	(405.153)
Valor contábil líquido	28.204	51.146	141.595	2.681	802	35.902	3.610	1.759	56.279

Imobilizado	Consolidado								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento Total
Taxas anuais de depreciação		3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%	
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	33.051	120.503	383.554	9.455	3.135	116.553	12.183	10.393	38.984
Depreciação Acumulada		(47.294)	(243.055)	(5.900)	(1.445)	(77.780)	(10.095)	(7.320)	(392.889)
Valor contábil líquido	33.051	73.209	140.499	3.555	1.690	38.773	2.088	3.073	38.984
Adições	7.251		341	4			550		74.718
Transferências		5.239	30.326	476	199	8.564	2.464	392	(48.151)
Variação Cambial			48	20	24			3	95
Baixas		(73)	(4.984)	(63)		(1.327)	(501)	(445)	(981)
Depreciação		(2.183)	(13.340)	(531)	(469)	(5.482)	(962)	(524)	(23.491)
Baixas da Depreciação		28	4.462	53		1.321	497	413	6.774
Saldo Final	40.302	76.220	157.352	3.514	1.444	41.849	4.136	2.909	64.573
Em 30 de setembro de 2018									
Custo	40.302	125.669	409.285	9.892	3.358	123.790	14.696	10.340	64.573
Depreciação Acumulada		(49.449)	(251.933)	(6.378)	(1.914)	(81.941)	(10.560)	(7.431)	(409.606)
Valor contábil líquido	40.302	76.220	157.352	3.514	1.444	41.849	4.136	2.909	64.573

A Companhia procedeu revisão da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo. A base adotada para revisão do cálculo da depreciação foram as seguintes premissas e critérios:

- Mudanças na utilização dos bens;
- Aquisições do período;
- Mudanças nos processos produtivos que possam levar ao desgaste maior dos bens;
- Alteração no plano de manutenção;
- Mudanças na política da Cia sobre renovação de ativos;
- Estado de conservação dos bens, através da inspeção “in loco”;
- Dados históricos;
- Experiência da CIA com ativos semelhantes;
- Mudanças no ambiente econômico onde a CIA atua;

- Informações contábeis;
- Pesquisas Internas (entrevistas com os responsáveis das áreas);
- Especificações técnicas e
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Em 30 de setembro de 2018, nas demonstrações da controladora, o montante de R\$ 18.853 mil (R\$ 20.693 mil em 30 de setembro 2017), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 355 mil (R\$ 477 mil em 30 de setembro de 2017) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 1.141 mil (R\$ 932 mil em 30 de setembro de 2017) como “despesas gerais e administrativas”.

Em 30 de setembro de 2018, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 21.290 mil (R\$ 21.535 mil em 30 de setembro 2017), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 969 mil (R\$ 674 mil em 30 de setembro de 2017) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 1.232 mil (R\$ 962 mil em 30 de setembro de 2017) como “despesas gerais e administrativas”.

Em virtude de diversos contratos de financiamento, cujo saldo devedor em 30 de setembro de 2018 totalizava R\$ 17.357 mil (R\$ 12.417 mil em 30 de setembro de 2017), a Companhia possui alienação fiduciária de bens do imobilizado representados por máquinas e equipamentos.

NOTA 12 – INTANGÍVEL

Intangível	Controladora						Total
	Marcas	Patentes	Intangível Andamento	Desenv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	
Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	95		710	9.424	10.122		20.351
Amortização Acumulada	(95)			(9.424)	(8.080)		(17.599)
Valor contábil líquido			710		2.042		2.752
Adições							
Transferências			(180)		598		418
Baixas			(177)		(94)		(271)
Amortização					(495)		(495)
Baixa Amortização					94		94
Saldo Final			353		2.145		2.498
Em 30 de setembro de 2018							
Custo	95		353	9.424	10.626		20.498
Amortização Acumulada	(95)			(9.424)	(8.481)		(18.000)
Valor contábil líquido			353		2.145		2.498

Intangível	Consolidado						Total
	Marcas	Patentes	Intangível Andamento	Desenvolv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	
Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	121	17	2.442	22.933	10.436	556	36.505
Amortização Acumulada	(95)			(10.092)	(8.137)		(18.324)
Valor contábil líquido	26	17	2.442	12.841	2.299	556	18.181
Adições				1.428			1.428
Transferências				(1.062)	774	779	491
Baixas				(451)	(162)	(101)	(714)
Amortização					(1.018)	(588)	(1.606)
Baixa Amortização					33	101	134
Saldo Final	26	17	2.357	12.468	2.490	556	17.914
Em 30 de setembro de 2018							
Custo	121	17	2.357	23.545	11.114	556	37.710
Amortização Acumulada	(95)			(11.077)	(8.624)		(19.796)
Valor contábil líquido	26	17	2.357	12.468	2.490	556	17.914

As marcas e o ágio são decorrentes do processo de aquisição e incorporação da SOMAR S.A. – Indústrias Mecânicas.

Em 30 de setembro de 2018, nas demonstrações da controladora, o montante de R\$ 91 mil (R\$ 786 mil em 30 de setembro de 2017), referente à amortização do intangível, foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 404 mil (R\$ 534 mil em 30 de setembro de 2017) como “despesas gerais e administrativas”.

Em 30 de setembro de 2018, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 1.178 mil (R\$ 1.138 mil em 30 de setembro de 2017), referente à amortização do intangível, foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 428 mil (R\$ 539 mil em 30 de setembro de 2017) como “despesas gerais e administrativas”.

NOTA 13 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos circulantes, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

Impairment	Controladora		Consolidado	
	Contas a receber	Estoques	Contas a Receber	Estoques
Em 31 de dezembro de 2017	(6.624)	(2.537)	(7.137)	(4.274)
Constituições (resultado)	(1.446)	(1.353)	(4.192)	(4.126)
Reversões (resultado)	1.054	399	1.730	3.775
Baixas contra provisões	592		(132)	
Em 30 de setembro de 2018	(6.424)	(3.491)	(9.731)	(4.625)

NOTA 14 – FORNECEDORES

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	60.162	38.358	71.066	49.963
Contas a Pagar a Fornecedores Externo	564	707	(1.535)	(120)
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	234	620		
Total a pagar Curto Prazo	60.960	39.685	69.531	49.843
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	227	304	227	304
Total a pagar Longo Prazo	227	304	227	304
Total a Pagar Fornecedores	61.187	39.989	69.758	50.147
Aging List Contas a Pagar	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
A Vencer em até 3 meses	60.784	39.369	69.206	49.462
A vencer de 3 meses a 1 ano	176	316	325	381
A vencer mais de 1 ano	227	304	227	304
Contas a Pagar a Fornecedores	61.187	39.989	69.758	50.147
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Reais	60.623	39.282	71.293	49.963
US\$	274	208	(1.961)	(639)
Euro	290	499	426	519
Contas a Pagar a Fornecedores	61.187	39.989	69.758	49.843

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações Sociais	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Provisão Férias e 13º Salário	17.014	5.602	21.897	8.372
Programa Participação Resultado	5.216	4.632	6.708	5.995
INSS / FGTS	4.173	2.485	4.773	3.260
Salários a Pagar	4.983	4.636	6.108	5.778
Outras Obrigações Sociais	296	223	461	312
Total	31.682	17.578	39.947	23.717

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Obrigações Tributárias	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
IRPJ / CSLL (Nota 18)	18.990	74	22.511	601
IPI / PIS / COFINS	793		1.649	758
Obrigações Tributárias Estaduais	487	854	1.268	1.486
Obrigações Tributárias Municipais	50	18	55	19
Outras Obrigações Tributárias Federais	1.254	1.945	1.867	2.814
Refis PERT (Nota 16.1)	1.360	1.305	1.360	1.305
Obrigações Tributárias Curto Prazo	22.934	4.196	28.710	6.983
Refis PERT (Nota 16.1)	12.000	12.446	12.000	12.446
Obrigações Tributárias Longo Prazo	12.000	12.446	12.000	12.446
Total Obrigações Tributárias	34.934	16.642	40.710	19.429

16.1 PERT (PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA Lei nº 13.496/2017) – PRAZO 145 MESES

A empresa aderiu ao parcelamento dos débitos junto à União Federal de acordo com a Lei 13.496/2017, e saldo será amortizado em 136 meses.

NOTA 17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos(Valor em Milhares de Reais)									
Dívida Bancária Curto Prazo						Controladora		Consolidado	
Modalidade	Correção	Taxa/Ano	Garantias	Moeda	Indexador	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
						Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
BNDES - FINEM	TJLP	1,80%	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	239	953	239	953
BNDES - FINEM	TJLP (311)	1,70%	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	5.436	5.818	5.436	5.818
BNDES - FINEM		3,63%	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	2.094	2.098	2.094	2.098
BNDES - FINEM	TLP	5,65%	Aval	Real	Pós-Fixada	219		219	
BNDES - FINEM		5,39%	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.259	1.493	1.259	1.493
Exportação-NCE	114,5% do CDI		Aval	Real	Pós-Fixada	6.723	36.478	6.723	36.478
Exportação-NCE	CDI	1,30%	Aval	Real	Pós-Fixada	9.402	7.316	9.402	7.316
Exportação-NCE		11,00%	Aval	Real	Pré-Fixada	20.363	20.363	20.363	20.363
Finame	TJLP	2,60%	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.348	1.329	1.348	1.329
Finame	SELIC	3,24%	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	31	29	31	29
Finame		5,28%	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.425	1.446	1.425	1.446
Finame	TLP	5,28% até 5,81%	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	16	-	26	
Empréstimo ME		2,50%	Aval	Dólar	Pré-Fixada	181	68	5.698	141
Pré-Pgtb. Export		Libor + 4,19%	Aval	Dólar	Pós-Fixada	70.887	37.614	78.963	37.614
Pré-Pgtb. Export	112% do CDI		Aval	Real	Pós-Fixada	5.191		5.191	
Vendor	105% do CDI		Aval	Real	Pós-Fixada	28	781	229	958
Totais Circulante						124.842	115.786	138.646	116.036
Dívida Bancária Longo Prazo						Controladora		Consolidado	
Modalidade	Taxa Média		Garantia	Moeda	Indexador	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
						Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
BNDES - FINEM	TJLP (311)	1,70%	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	11.435	15.300	11.435	15.300
BNDES - FINEM		3,63%	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	1.852	3.419	1.852	3.419
BNDES - FINEM	TLP	5,65%	Aval	Real	Pós-Fixada	20.000		20.000	
BNDES - FINEM		5,39%	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.800	2.151	1.800	2.151
Exportação-NCE	114,5% do CDI		Aval	Real	Pós-Fixada	33.333	-	33.333	
Exportação-NCE	CDI	1,30%	Aval	Real	Pós-Fixada	41.667	50.000	41.667	50.000
Finame	TJLP	2,60%	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	4.054	3.872	4.054	3.872
Finame	SELIC	3,24%	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	23	45	23	45
Finame		5,28%	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	3.949	5.016	3.949	5.016
Finame	TLP	5,28% até 5,81%	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	5.549		6.501	
Empréstimo ME		2,50%	Aval	Dólar	Pré-Fixada	24.023	6.947	24.023	6.947
Pré-Pgtb. Export		Libor + 4,19%	Aval	Dólar	Pós-Fixada	174.773	197.049	186.784	197.049
Pré-Pgtb. Export	112% do CDI		Aval	Real	Pós-Fixada	68.376		68.376	
Totais Não Circulante						390.834	283.799	403.797	283.799
Totais Dívida Bancária						515.676	399.585	542.443	399.835
Escalonamento da Dívida						30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Em até 6 meses						55.978	65.810	69.682	65.935
De 6 meses a 1 ano						68.864	49.976	68.964	50.101
De 1 a 2 anos						184.703	107.197	192.603	107.197
De 2 a 3 anos						126.045	96.048	130.045	96.048
De 3 a 5 anos						71.135	79.670	72.198	79.670
Acima de 5 anos						8.951	884	8.951	884
Total de Empréstimos e Financiamentos						515.676	399.585	542.443	399.835
Dívida por Tipo de Moeda						30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Reais - R\$						52.515	76.611	52.726	76.788
Dólar Norte-Americano - US\$						72.327	39.175	85.920	39.248
Reais - R\$						190.238	77.652	191.190	77.652
Dólar Norte-Americano - US\$						200.596	206.147	212.607	206.147
Total de Empréstimos e Financiamentos						515.676	399.585	542.443	399.835
Dívida por Indexação						30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Taxas Pré-Fixadas						55.397	39.115	60.914	39.188
Taxas Pós-Fixadas						460.279	360.470	481.529	360.647
Total de Empréstimos e Financiamentos						515.676	399.585	542.443	399.835

NOTA 18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

IRPJ e CSLL - Ativo		Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
IRPJ sobre diferenças temporárias				2.126	1.033
CSLL sobre diferenças temporárias				765	372
Total Ativo Não Circulante				2.891	1.405
IRPJ e CSLL - Passivo		Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
IRPJ a recolher		14.035		16.566	485
IR Federal Filial EUA				40	(137)
CSLL a recolher		4.955	74	5.905	253
Total Passivo Circulante		18.990	74	22.511	601
IRPJ sobre diferenças temporárias		51.850	55.471	52.074	55.593
CSLL sobre diferenças temporárias		18.666	19.969	18.747	20.014
Total Passivo Não Circulante		70.516	75.440	70.821	75.607

18.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora				
	Tributos Diferidos Ativos e Passivos sobre Diferenças Temporárias				
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2017	11.464	3.769	22.844	37.363	75.440
Constituição dos Tributos	745				745
Adoção Inicial CPC 47 e 48	(101)				(101)
Baixa dos Tributos	(4.092)		(731)	(745)	(5.568)
Em 30 de setembro 2018	8.016	3.769	22.113	36.618	70.516

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado				
	Tributos Diferidos Ativos e Passivos sobre Diferenças Temporárias				
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2017	10.059	3.769	22.844	37.530	74.202
Constituição dos Tributos	1.025			139	1.164
Adoção Inicial CPC 47 e 48	(700)				(700)
Baixa dos Tributos	(5.259)		(731)	(746)	(6.736)
Em 30 de setembro 2018	5.125	3.769	22.113	36.923	67.930

18.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Período	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Provisão IRPJ	(14.035)	(10.146)	(16.753)	(10.792)
Provisão CSLL	(4.955)	(3.587)	(5.905)	(3.795)
Outras Receitas Tributárias - IRPJ/CSLL	7.900		7.900	
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias		(2.812)	(308)	(2.874)
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias		(1.013)	(111)	(1.035)
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	3.546	2.720	4.343	3.315
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	1.277	979	1.563	1.193
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	(6.267)	(13.859)	(9.271)	(13.988)

NOTA 19 – PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento na controladora e consolidada, de natureza trabalhista e tributária, e que estão registrados no Exigível à Longo Prazo, para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável. Depósitos judiciais foram efetuados no valor de R\$ 1.790 mil (R\$ 2.069 mil em 31 de dezembro de 2017) e são registrados no Realizável à Longo Prazo.

Provisões Contingências	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.245	1.245
Constituição de provisões	1.095	1.095
Reversão de provisões	(549)	(549)
Em 30 de setembro de 2018	1.791	1.791

A Companhia possui passivos contingentes na controladora e consolidada, considerados pelos assessores jurídicos como possível probabilidade de perda, para os quais não há provisões constituídas. As principais contingências não contabilizadas são as seguintes:

Contingências	Valor da Causa	
	30/09/2018	31/12/2017
Trabalhista e Previdenciária	6.548	8.979
Tributária	4.658	2.917
Ambiental	295	295
Cível	63	87
Total	11.564	12.278

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

20.1 Transações com Controladas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

Parte Relacionada	Ativo	
	Clientes	
	30/09/2018	31/12/2017
Schulz Compressores Ltda (Nota 7)	1.939	2.029
Total	1.939	2.029

Parte Relacionada	Passivo	
	Fornecedores	
	30/09/2018	31/12/2017
Schulz Compressores Ltda (Nota 14)	234	620
Total	234	620

Parte Relacionada	Resultado(Receitas)	
	Receita de Vendas	
	30/09/2018	30/09/2017
Schulz Compressores Ltda (Nota 22)	2.244	26.180
Total	2.244	26.180

Parte Relacionada	Resultado(Custo)	
	Custo das Vendas	
	30/09/2018	30/09/2017
Schulz Compressores Ltda	1.636	2.575
Total	1.636	2.575

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

20.2 Transações com Acionistas e Diretores

Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
	Outras Contas a Pagar		Outras Contas a Pagar	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Participação Administradores Estatutários	3.386	4.080	3.386	4.080
Juros sobre Capital Próprio	79	119	79	119
Dividendos Controladores	56	3.422	56	3.422
Total	3.521	7.621	3.521	7.621

20.3 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Remuneração dos Conselheiros	569	833	569	833
Remuneração Diretoria - Pro-labore	3.387	2.970	3.538	2.970
Participação da Administração	3.387	2.970	3.387	2.970
Total	7.343	6.773	7.494	6.773

A participação da administração está em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 21 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, e é formado de 63.816.925 ações, sendo 27.266.565 ações ordinárias e 36.550.360 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Direito a um dividendo, não cumulativo, de 25% do lucro líquido;
- b) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- c) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

21.1 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio está estabelecida na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida nos artigos 31º ao 33º do Estatuto Social, o dividendo obrigatório é fixado em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

21.2 Ações em Tesouraria

A) Preferenciais

Ações em Tesouraria / Preferenciais	n° de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2017	275.194	1.347.905
Saldo em 30/09/2018	275.194	1.347.905

Preços das Ações / Preferenciais Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
3,78	8,98	5,75	5,30

Baseado na última cotação de mercado em 30 de setembro de 2018, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 1.932 mil (275.194 x 7,02).

B) Ordinárias

Ações em Tesouraria / Ordinárias	n° de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2017	5.400	64.800
Saldo em 30/09/2018	5.400	64.800

Preços das Ações / Ordinárias Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
12,00	12,00	12,00	12,00

Baseado na última cotação de mercado em 30 de setembro de 2018, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 64,8 mil (5.400 x 12,00).

21.3 Reservas para Incentivos Fiscais

Em 08/12/2014, a Companhia iniciou a constituição de reservas para incentivos fiscais, sendo que esse valor corresponde às receitas com subvenção de investimento. Este direito foi adquirido junto ao Estado de Santa Catarina, através do protocolo de intenções que as partes celebraram entre si, onde a companhia compromete-se a investir em bens do ativo imobilizado. (R\$ 1.886 em 2017, R\$ 3.244 em 2016, R\$ 3.820 em 2015 e R\$ 8.433 em 2014 na Controladora, R\$ 1.584 em controlada).

A Companhia também constituiu reservas de subvenções de investimentos de acordo com a LC 160/2017, que alterou a Lei 12973/14 Artigo 30º parágrafo 4º.

Conforme art. 443 do RIR/99 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios.

Reservas Incentivos Fiscais - Controladora		Valor em R\$
Saldo 31/12/2017		17.383
Aquisições		23.763
Saldo em 30/09/2018		41.146
Reservas Incentivos Fiscais - Consolidado		Valor em R\$
Saldo 31/12/2017		18.967
Aquisições		23.763
Saldo em 30/09/2018		42.730

NOTA 22 – RECEITAS DE VENDAS

Receita Líquida de Venda	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Vendas Mercado Interno	448.575	402.297	629.859	461.768
Vendas Zona Franca de Manaus	-	1.340	2.822	1.887
Vendas Mercado Externo	177.636	149.517	228.214	165.533
Outras Vendas	8.234	4.548	9.192	4.855
Vendas Intercompanhia	2.244	26.180	-	-
(-) Devoluções e Abatimentos	(9.868)	(26.849)	(33.269)	(30.896)
(-) Impostos sobre as Vendas	(104.503)	(96.353)	(140.737)	(102.514)
Receita Líquida de Vendas	522.318	460.680	696.081	500.633

NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Juros sobre Capital de Giro	17.011	25.581	17.673	25.585
Juros sobre Financiamentos	4.831	2.944	4.889	2.944
Variação Cambial	125.346	32.961	134.507	33.052
Outras Despesas	1.634	1.019	1.699	1.026
Total de Despesas	148.822	62.505	158.768	62.607
Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Variação Cambial	122.254	35.258	131.748	35.343
Aplicações Financeiras	9.932	16.434	10.289	16.434
Outras Receitas	4.314	9.788	4.626	9.803
Total de Receitas	136.500	61.480	146.663	61.580
Resultado Líquido Financeiro	(12.322)	(1.025)	(12.105)	(1.027)

NOTA 24 - PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

A Companhia mantém o Programa Schulz de Participação no Resultado à seus colaboradores, vinculada ao resultado da companhia e alcance de metas, cujos parâmetros para o exercício de 2018 constam de acordo.

A Companhia provisionou no Passivo Circulante o valor R\$ 5.216 mil (R\$ 3.064 mil em 30 de setembro de 2017) na Controladora e o valor de R\$ 6.708 mil (R\$ 3.064 mil em 30 de setembro de 2017) no Consolidado, referente à Participação no Resultado que serão distribuídos aos seus colaboradores vinculados a CLT referente ao exercício de 2018. Os Diretores Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal não tem participação neste programa.

NOTA 25 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação		30/09/2018	30/09/2017
Numerador			
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia			
Lucro disponível aos acionistas preferenciais		29.843	17.345
Lucro disponível aos acionistas ordinários		20.239	11.763
Total		50.082	29.108
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações preferenciais emitidas		36.550	36.550
Quantidade de ações ordinárias emitidas		27.267	27.267
Total		63.817	63.817
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)			
Ação preferencial		0,81650	0,47455
Ação ordinária		0,74227	0,43141

NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques, conforme apresentado:

Ramo (modalidade)	Objeto	Valor em Risco (R\$ Mil)
Riscos Nomeados e Operacionais	Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Edificações e Estoques - Controladora	625.048
Riscos Nomeados e Operacionais	Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Edificações e Estoques - Consolidado	796.591

Além da cobertura detalhada acima, em 30/09/2018 a companhia também possuía apólices de seguro para os seguintes riscos:

1. Lucros cessantes;
2. Responsabilidade Civil;
3. Transportes;
4. Automóvel (Frota);
5. Vida em Grupo;
6. Assistência Viagem.

NOTA 27 - AVAIS E FIANÇAS

A Companhia concedeu, com o fim de atender exclusivamente suas operações financeiras, aproximadamente R\$ 17,4 milhões (valor de mercado) em alienação fiduciária (nota 17), e R\$ 66,3 milhões em fiança bancária prestada como garantia para o financiamento de projetos de investimento contratados com o BNDES (R\$ 57.709 mil), garantir a linha de financiamento do PROEX (R\$ 4.959 mil, na controlada) e também em decorrência de contratos de compra e venda de energia elétrica (R\$ 3.632 mil).

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora					Controladora				
Ativos Financeiros	30/09/2018		31/12/2017		Passivos Financeiros	30/09/2018		31/12/2017	
	Mensurado ao Custo Amortizado	Total	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis		Mensurado ao custo amortizado	Total	Mensurado ao custo amortizado	Total
Equivalentes de Caixa	324.520	324.520	212.778	59.727	Fornecedores	61.187	61.187	39.989	39.989
Clientes	180.963	180.963	112.670	112.670	Empréstimos e Financiamentos	515.676	515.676	399.585	399.585
Total	505.483	505.483	212.778	172.397	Total	576.863	576.863	439.574	439.574

Consolidado					Consolidado				
Ativos Financeiros	30/09/2018		31/12/2017		Passivos Financeiros	30/09/2018		31/12/2017	
	Mensurado ao Custo Amortizado	Total	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis		Mensurado ao custo amortizado	Total	Mensurado ao custo amortizado	Total
Equivalentes de Caixa	347.511	347.511	212.778	74.923	Fornecedores	69.758	69.758	50.147	50.147
Clientes	276.403	276.403		202.931	Empréstimos e Financiamentos	542.443	542.443	399.835	399.835
Total	623.914	623.914	212.778	277.854	Total	612.201	612.201	449.982	449.982

NOTA 29 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 30 de setembro de 2017	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	357.419	171.969	529.388
Receita entre Segmentos		(28.755)	(28.755)
Receita de Clientes	357.419	143.214	500.633
Depreciação e Amortização	(20.152)	(4.696)	(24.848)
Ativo Imobilizado e Intangível	269.657	73.921	343.578

Em 30 de setembro de 2018	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	556.826	141.499	698.325
Receita entre Segmentos		(2.244)	(2.244)
Receita de Clientes	556.826	139.255	696.081
Depreciação e Amortização	(19.983)	(5.114)	(25.097)
Ativo Imobilizado e Intangível	321.625	88.588	410.213

A administração da Companhia segrega apenas o ativo imobilizado entre os dois segmentos operacionais. Assim o valor dos ativos totais não é apresentado de forma segregada, visto que são comuns aos dois segmentos.

A Companhia realiza venda para o mercado interno e externo, nos segmentos de compressores e automotiva. As vendas para o mercado externo estão assim distribuídas:

Mercado Externo	30/09/2018	30/09/2017
América Latina	10,74%	14,51%
EUA e Canadá	44,02%	37,09%
Europa	38,15%	44,75%
Outros	7,09%	3,65%

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO CÁLCULO LAJIDA (EBITDA)

Demonstramos a seguir o cálculo do LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda Incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, os valores (em milhares) estão de acordo com as publicações das demonstrações consolidadas da companhia divulgadas para os períodos:

LAJIDA(EBITDA)	2.017	2T'18	3T'17	3T'18	9M2017	9M2018
Lucro Líquido Exercício	40.120	15.622	11.672	22.168	29.108	50.082
(+) Tributos sobre o Lucro	12.721	671	7.227	3.124	13.988	9.271
(+) Despesas Financeiras Líquidas	5.374	7.582	816	3.167	1.027	12.105
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	33.058	8.324	8.188	8.714	24.848	25.097
TOTAL	91.273	32.199	27.903	37.173	68.971	96.555
Receita Operacional Líquida	686.769	231.453	182.465	257.021	500.633	696.081
Margem LAJIDA(EBITDA) sobre ROL	13,29%	13,91%	15,29%	14,46%	13,78%	13,87%